

SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS SOB A PERSPECTIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO MUNICÍPIO DE PELOTAS/RS

GUILHERME PEREIRA SCHOELER¹; PAMELA LAIS CABRAL SILVA²; JULIANA CARRICONDE HERNANDES³; GABRIEL AFONSO MARTINS⁴; LUCIARA BILHALVA CORRÊA⁵; ÉRICO KUNDE CORRÊA⁶

¹Universidade Federal de Pelotas – gschoeler@outlook.com

²Universidade Federal de Pelotas – pamelalais@hotmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – julianacarriconde@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – gabrimartins1@hotmail.com

⁵Universidade Federal de Pelotas – luciarabc@gmail.com

⁶Universidade Federal de Pelotas – ericokundecorrea@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída em 2010, dispõe das diretrizes referentes à gestão integrada e gerenciamento correto dos resíduos através da redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos (BRASIL, 2010).

Segundo JACOBI; BESEN (2011), a crescente geração e disposição incorreta dos resíduos sólidos, influenciada pelo crescimento populacional, aumento nos padrões de consumo, industrialização e urbanização, demonstram a necessidade de uma gestão sustentável dos resíduos sólidos com a participação de catadores e cooperativas de matérias recicláveis como um setor prioritário no cumprimento da PNRS relacionado com a responsabilidade social, inclusão econômica e educação ambiental.

De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2014) a destinação incorreta de resíduos sólidos evidencia um dos piores impactos que podem ser causados ao meio ambiente, possibilitando através da decomposição a contaminação de solo, água, ar e pessoas por substâncias perigosas.

Frente às dificuldades, é notório que investimentos nas questões ambientais são necessários como forma de diminuir custos e aumentar a eficiência nas cadeias produtivas. Assim, a segregação correta de resíduos nas unidades geradoras reduz custos no seu tratamento e aumenta a eficiência nos processos seguintes da gestão, como a reciclagem (VITOR et al, 2015).

Nesse sentido, as cooperativas ou associações de catadores representam uma organização social de forma a reaproveitar os resíduos sólidos urbanos garantindo melhoria de renda e qualidade de vida juntamente com a coleta seletiva, instrumento da PNRS, realizada pela população, que cabe a segregação dos resíduos e fornecimento deste material para a cooperativa (TROMBETA, 2012).

Porém, a eficiência da coleta seletiva provém da consciência da população que através da educação ambiental fundamenta o desenvolvimento do pensamento amplo, coeso e interligado para exploração de questões ambientais, bem como para a tomada de decisões e resoluções de problemas, colaborando para a eficácia da captação de resíduos (LOURENÇO et al, 2013).

Assim, o objetivo desse trabalho foi relatar e discutir, conforme o ponto de vista de cooperativas de triagem de materiais recicláveis, a importância da

segregação e educação ambiental na sociedade interagindo alunos e professores com as experiências descritas.

2. METODOLOGIA

A implementação das rodas de conversa como metodologia, segundo FIGUEIRÊDO; QUEIROZ (2012), favorece o diálogo na pesquisa como forma de compartilhar o pensamento, instigando a fala e discussões sobre o tema abordado.

Assim, a dinâmica entre alunos, professores e os cooperados realizada de novembro a dezembro de 2015 por meio das rodas de conversas em cooperativas de triagem de materiais recicláveis em Pelotas/RS, viabilizou o pensamento e diálogo entre docentes, discentes e sociedade debatendo a realidade coletiva e individual do grupo de acordo com os objetivos da pesquisa.

Para guiar a conversa foi inserido os seguintes questionamentos:

- Entendem o papel das cooperativas dentro do ciclo dos resíduos?
- Recebem resíduos indevidos? Se sim quais os tipos?
- O que eles acham que pode ser modificado a fim de melhorar a gestão de resíduos sólidos no país?

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da dinâmica de roda de conversa conseguimos grande participação dos cooperados com a troca de experiências e informações sobre as condições de trabalho das cooperativas diante de segregação e disposição dos resíduos sólidos urbanos por parte da comunidade para a reciclagem na associação.

Aluno 1: Nós temos uma responsabilidade compartilhada, todo mundo é responsável por aquele resíduo. Eu que consumi, quem fabricou, todo mundo, assim como a cooperativa acaba se responsabilizando um pouco.

Pós-graduando 1: Lembrando que a população não se dá conta disso. Eles acham que é só jogar o lixo no container e deu. O lixo não é mais meu, eu não tô nem aí. E que se virem depois.

Aluno 2: Não sabem da existência das cooperativas, o que vem pra cá, e que existem pessoas que fazem a segregação dos resíduos. E que é um trabalho que existe.

Cooperado 1: Acho que as pessoas não fazem ideia de onde o lixo delas vai.

Nesse trecho é possível perceber que mesmo com a criação da PNRS, de forma a incluir socialmente a participação das cooperativas de triagem de materiais recicláveis no ciclo do resíduo, ainda falta a consciência da população sobre a existência desse serviço na sociedade, estabelecida principalmente pela falta de educação ambiental. VIEIRA (2014) cita que a crise ambiental está baseada em uma crise de organização do conhecimento, dessa forma, são grandes os empasses para o desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, sobre a educação ambiental na sociedade, foi citado pelos cooperados que este é um dos pontos a serem melhorados de forma a facilitar o trabalho da associação.

Aluno 1: Então você acha que pra melhorar a situação da segregação correta e do destino correto, seria através da informação? E a educação ambiental que não está em vigor pela prefeitura?

Cooperado 1: Com certeza.

Pós-graduando 1: Antes passava algumas propagandas na televisão.

Aluno 1: Antes passava, agora parou de passar, nem a música da coleta está tocando. Antes eu esperava a música tocar para eu catar as coisas em casa e levar pra rua.

Cooperado 1: Eu acho que falta muita informação [...]

Portanto, a falta de informação sobre a existência do trabalho das cooperativas na gestão integrada dos resíduos sólidos ocasiona a chegada de resíduos incorretos pela segregação indevida ou inexistente.

Aluno 1: ...outra coisa, vocês acham que poderia melhorar alguma coisa, que agora não acontece muito bem? Alguma coisa que podia ser melhorada? Na questão da cooperativa? De algum resíduo que chega?

Cooperado 1: Tem que fazer a separação correta, não mandar comida, arroz, esse tipo de coisa.

Cooperado 2: Vem muito orgânico, orgânico vem bastante.

Diante do relato acima ainda foi discutido por parte dos cooperados, que a grande quantidade de rejeito junto com o material recolhido pelos caminhões gera perdas de 40 a 50% em relação ao que poderia ser reciclado e vendido pela cooperativa. Ainda assim, foi citado que grande parte do rejeito está associado ao descarte inadequado de lojas e restaurantes da parte central da cidade que acabam misturando restos de comida ao material reciclável, gerando um mau cheiro em um material que deveria ser inodoro, afetando inclusive a saúde do ambiente de trabalho com a proliferação de doenças por meio de vetores.

Ratificando com as informações da cooperativa, CORRÊA et al (2015) cita que ainda há muita desinformação quanto a correta segregação do resíduos sólidos urbanos, acarretando na chegada de cerca de 40% de rejeito às cooperativas gerando prejuízos para a associação.

4. CONCLUSÕES

No trabalho foi relatado que as cooperativas ainda passam por dificuldades, no que tange a correta segregação por parte da comunidade na coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos, gerado pela falta de informação e educação ambiental, o que acaba influenciando negativamente na venda dos materiais recicláveis e eficiência do trabalho das associações, expondo os cooperados a riscos de patógenos e resíduos perigosos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRELPE. Associação Brasileira de Empresa de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/Panorama/panorama2014.pdf>>. Acesso em: 01 de agosto de 2016.

BRASIL. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2010.

CORRÊA, L. B.; HERNANDES, J. C.; SANTOS, C. V.; SANTOS, W. M.; COLARES, G. S.; CORRÊA, É. K. Análise social de um Programa de Coleta

Seletiva de Resíduos Sólidos Domiciliares. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, RS, v. 14, n. 2, p. 193-201, 2015.

FIGUEIRÊDO, A. A. F.; QUEIROZ, T. N. **A Utilização de Rodas de Conversa como Metodologia que Possibilita o Diálogo**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2012. Acessado em 31 julho 2016. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/10/resources/anais/20/1384186533_ARQUIVO_AlessandraAniceto.pdf

JACOBI, P. R.; BESEN G. R. Gestão de resíduos sólidos em São Paulo: desafios da sustentabilidade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.25, n.71, p 135-158, 2011.

LOURENÇO, J. C.; VASCONCELOS, R. F. V.; BARBOSA, Y. M. A. L. Deposição Irregular de Resíduos Sólidos: Uma Análise Comparativa entre Dois Bairros de Poder Aquisitivo Diferentes na Cidade de Campina Grande, Paraíba – Brasil. **Revista Desarrollo Local Sostenible**, v. 6, n. 18, p. 1-14. 2013.

TROMBETA, L. R. O Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis: Da Precarização à Organização do Trabalho. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 13, n.1, p. 55-75, 2012.

VIEIRA, F. P. Por um envolvimento na educação ambiental. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 16, n. 3, p. 395-407, 2014. Acesso em 01 agosto 2016. Disponível em: <http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/etd/article/view/6818>.

VITOR, A. L.; FALANGO, D.; OLIVEIRA, H. B. D.; LOPES JUNIOR, J. R.; PELLOZO, L. R.; BORGES, L. R. M. F.; PONTELLI, R. C. N.; DALLORA, M. E. L. V. Avaliação de Ferramenta para Gestão de Resíduos em um Hospital Universitário de Nível Terciário. **Revista da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e do Hospital das Clínicas da FMRP**, v. 48, n. 1, p. 77-86, 2015.